



001
003p

Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul

PORTARIA Nº 136/2020

“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

RESOLVE:

- ART. 1º**- Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos relatados no Parecer Jurídico nº 76/2020, parte integrante desta Portaria na forma de anexo, visando apurar a responsabilidade dos fatos decorrentes da rescisão de contrato por tempo determinado de uma Psicóloga, que atuava na Casa da Criança e do Adolescente de Canguçu, envolvendo a servidora pública municipal e diretora das referidas casas, **NEUSA LEAL DA SILVA DORING**, ocupante do cargo de Servente, matrícula nº 4474-1, por possível descumprimento dos deveres funcionais, previstos no inciso VII do art. 169 da Lei 2239/2003, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canguçu-RS.
- ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017, 276/2017, de 06.09.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANJEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.
- ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS., 02 DE JUNHO DE 2020.

MARCUS VINICIUS MULLER
PEGORARO:00825518040

Assinado de forma digital por MARCUS
VINICIUS MULLER PEGORARO:00825518040
Dados: 2020.06.02 20:20:11 -03'00'

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ALINE DUTRA
Assinado de forma digital por
ALINE DUTRA WEBER:04346463002
WEBER:04346463002 Dados: 2020.06.02 15:01:34 -03'00'

ALINE DUTRA WEBER

Chefe de Gabinete do Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
RELATÓRIO DA COMISSÃO

Senhor Prefeito Municipal:

A Comissão de Processo Administrativo, designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 136/2020, quais sejam, eventual responsabilidade da servidora NEUSA DORING DA SILVA LEAL, servente, mas durante exercício de cargo comissionado junto à casa da Criança e do Adolescente, teria solicitado pagamento de horas extras à psicóloga contratada Clitínia Dias Ribeiro de forma inadequada, vem à presença de Vossa Excelência apresentar o relatório conclusivo nos termos a seguir expostos:

I - PRELIMINARMENTE:

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal - STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que sequer ocorreu no caso concreto.

II - CONCLUSÃO:

A presente sindicância refere-se a um pedido de pagamento de horas extras à servidora contratada, Clitínia Dias Ribeiro, cuja solicitação foi feita de forma genérica, sem necessário detalhamento dos dias de eventuais folgas compensatórias, tendo sido vedado o pagamento de pronto.

Em análise aos depoimentos, a servidora afirmou sabe o horário da psicóloga (8 horas diárias), não podendo todavia ter um controle mais preciso, diante de situações inesperadas e urgentes, ainda mais tratando-se de crianças, inclusive em finais de semana.

Além disso, não sabia do encerramento do contrato da psicóloga, em vista do retorno da titular da função, que estava em licença interesse, antes do prazo limite assegurado em lei.

Por sua vez, a psicóloga contratada Clitínia Dias Ribeiro, relatou que teve seu contrato encerrado sem qualquer aviso, bem antes do previsto. No que tange às horas extras, as fazia sempre que convocada, bem como mantinha controle para eventual possibilidade de compensar em folgas. Lamenta a

interrupção abrupta do contrato e a descontinuidade de seu trabalho. Acredita que a servidora Neusa cumpriu com suas obrigações de gestora da casa.

Vitória Megiato Moreira, então substituindo o Secretário da Pasta da qual se liga à Casa da Criança e Casa do Adolescente, que ante o retorno da psicóloga titular às suas funções, solicitou a rescisão do contrato da psicóloga contratada, e que solicitou encaminhamento do pedido de rescisão e eventuais horas extras através de memorando oriundo secretaria, com as informações fornecidas pela Neusa, sendo feito inclusive um segundo memorando com maiores especificações para a secretaria de gestão.

Assim, diante dos relatos supra descritos, no que toca à responsabilidade do servidor, opinamos que a mesma seja notificada de que toda realização de hora extra deve ser autorizada pelo prefeito ou superior hierárquico, compreendendo-se todavia, que existam situações de emergência. Porém nunca houve, aparentemente, qualquer aviso sobre cumprimento de horas extraordinárias até o advento da rescisão, ou seja, o controle foi inadequado:

Art. 116: A gratificação pela prestação de serviço extraordinário, será:

I - autorizada previamente pelo Prefeito Municipal, ou quando ocorrer delegação pelo Secretário correspondente;

Assim, notifique-se o servidor pela responsabilização, mesmo que atenuada pelas circunstâncias fáticas.

Quanto ao pagamento das referidas horas extraordinárias, as mesmas devem ser de pronto pagas, posto que a servidora contratada as realizou, conforme comprovado pelos depoimentos, tendo atuado neste *munus* sempre que convocada, ou seja, cumpriu com suas obrigações, devendo ser adequadamente remunerada por isso, conforme previsão contratual.

Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 20 de Julho de 2021.

Rodrigo T. Larangeira
Presidente da Comissão

Carem B. Quintana
Membro da Comissão

Kauane Pedroso
Membro da Comissão



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D002-232F-88E7-638E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ KAUANE DIAS SOARES PEDROSO (CPF 015.XXX.XXX-29) em 26/08/2021 15:52:34 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA (CPF 004.XXX.XXX-31) em 26/08/2021 15:53:36 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA (CPF 930.XXX.XXX-04) em 27/08/2021 09:17:52 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/D002-232F-88E7-638E>